

Literatura, vocação



» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República,
escritor e imortal da Academia
Brasileira de Letras

Ontem, na Academia Brasileira de Letras, a editora Ciranda Cultural lançou, sob um novo selo, Principis, meus três romances: *O Dono do Mar*, *Saraminda* e *A Duquesa vale uma missa*. Ao mesmo tempo, a Academia me fez uma homenagem que muito me tocou, ao me dedicar uma sessão especial, com meus confrades Domício Proença e Antônio Carlos Secchin analisando minha obra de prosador e de poeta.

Comecei a escrever muito moço. Com meu pai, aprendi a amar os livros, amor que me acompanha por toda a vida. Sem eles não sei viver: vivo com eles. Primeiro aprendi a ler alguns clássicos, na pequena biblioteca que tínhamos em São Bento, no interior do Maranhão. Depois comecei a fazer, à mão, pequenos livros, com folhas datilografadas, *A Canção Inicial* e *Poemas Decadentes*. Particpei, mais tarde, de um pequeno grupo que sonhava recuperar o Maranhão: éramos escritores e pintores. Ali, tive grandes companheiros, como o grande poeta Bandeira Tribuzzi, que fora estudar em Coimbra, e nos trouxera a descoberta da poesia portuguesa, sobretudo Fernando Pessoa.

Com o meu primeiro livro de poesia, que, afinal, chamei de *A Canção Inicial*, entrei para a Academia Maranhense de Letras. Mas a política me chamou, era meu destino. Minha vocação era a literatura. Com ela noivei todas as noites.

Quando o destino me levou ao governo do Maranhão, entre as solicitações permanentes da tarefa de romper com os vícios que atrasavam o Estado naquela época, encontrei tempo para escrever um livro de contos, *Norte das Águas*, que teve uma excelente acolhida da crítica. Habitei-me a afastar as demandas da política — que me cobrava os textos de discursos, pareceres, projetos de lei etc. — para escrever literatura. Publiquei mais dois livros de poesia, *Os Marimbondos de Fogo e Saudades Mortas*, outros contos, os três romances, ensaios, conferências.

Um dia reuniram a fortuna crítica de minha obra literária — não só o que se escreveu no Brasil, mas em todo o mundo — e me assustei: em 2018, tinha 119 títulos, com 168 edições; e de lá para cá já saíram vários livros e novas edições.

A política, além do tempo que me tomou, muito prejudicou a acolhida de minha obra literária. Não que não tenha tido aqui grandes elogios de grandes escritores, como Rachel de Queiroz, Jorge Amado, Darcy Ribeiro e tantos outros, mas muitos confundiram o político com o escritor, e passaram a este a hostilidade àquele, enquanto no exterior fui analisado apenas como escritor, tendo tido uma excepcional acolhida da crítica e de personalidades como Lévi-Strauss ou Maurice Druon — e tido, além das edições padrão, a

acolhida para um público maior, em coleções de bolso como Le Petit Vermillion e a Folio, da Gallimard. Eu também fui responsável, pois fui um mau autor, não pude dedicar à minha obra a atenção que todas precisam de seu autor.

Foi em parte na busca de alcançar as novas gerações que combinei estas novas edições, que receberam da editora um tratamento moderno, com excelentes capas e a possibilidade de serem compradas num estojo que reúne os três romances. Para temas diferentes, fiz abordagens diferentes, e não sei se quem tiver lido um terá ideia do que são os outros. *O Dono do Mar* é uma história de pescadores, lendas e tempos do Maranhão; *Saraminda* se passa em torno do ouro do Amapá e de uma mulher que com ele se identifica; e *A Duquesa vale uma missa* é a visão íntima de uma paixão diferente.

Foi sobretudo *Norte das Águas* que me conduziu, pelas mãos de grandes escritores da Casa, que já eram meus amigos, à Academia Brasileira de Letras. Ali entrei com 50 anos, estou, portanto, há 45 e há cerca de 20 anos sou seu decano — coisa meio triste, pois significa que todos que lá estavam quando fui acolhido já se foram. Fiquem tranquilos, eu nem sonhava em ser presidente da República, e meu lugar na Casa é do escritor, não do político.

É assim, me sentindo rejuvenescido com o lançamento destes livros, que estou emocionado e grato com a homenagem que a Academia me presta. Não foi uma homenagem ao meu destino, que cumpri com o pude, mas à minha vocação, a literatura.

Maurenilson Freire/CB/DA Press



De tédio não se morre no Brasil



» ORLANDO THOMÉ CORDEIRO
Consultor em estratégia

N a última semana, o país vivenciou fortes emoções. Sábado passado, fomos despertados com a notícia da decretação pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da prisão preventiva do ex-presidente. As primeiras versões sobre a razão da decisão judicial apontavam que a convocação feita pelo seu filho senador de uma vigília em frente ao condomínio onde estava em prisão domiciliar causaria tumulto e poderia criar as condições propícias para uma fuga. Considerando que, semanas antes, outro condenado pela tentativa de golpe tinha fugido para os Estados Unidos, a preocupação parecia fazer sentido.

Porém, algumas horas mais tarde, verificou-se no pedido formulado pela Polícia Federal (PF) o apontamento de um período em que a tornozeleira eletrônica ficara inativa, podendo evidenciar um movimento para sua retirada. Qual não foi a surpresa quando as primeiras imagens mostraram a tentativa de danificar o equipamento com o uso de um ferro de solda, confirmada pelo próprio preso, alegando, no primeiro momento, tê-lo feito por curiosidade e, posteriormente, na audiência de custódia, afirmou ter tido um surto por uso de medicamentos.

Terça-feira, na sequência desse episódio, foi declarado pelo STF que o processo contra ele e mais

seis condenados pela tentativa de golpe havia transitado em julgado, sendo determinado o cumprimento imediato das respectivas penas de todos.

Desde então, o que assistimos foi a disputa feroz nas redes sociais entre os dois polos que, desde 2018, monopolizam as publicações. De um lado, os apoiadores do ex-presidente clamando por anistia e insistindo na narrativa que há um clima de perseguição contra ele, mesmo diante das robustas provas que embasaram sua condenação; de outro, os apoiadores do governo comemorando a prisão, em um clima catártico.

Claro que é absolutamente relevante, pela primeira vez na história brasileira, podermos ter levado a julgamento e condenado pessoas e grupos pelo crime de tentativa de golpe contra o Estado Democrático de Direito, incluindo militares de alta patente. Posto isso, vale a pena uma reflexão sobre as interpretações que passaram a circular nas redes e na mídia em geral.

Uma bastante presente tem reverberado a ideia de que estaríamos, finalmente, punindo os golpistas de 1964, trazendo uma visão implícita e, por vezes explícita, de que a Lei da Anistia, promulgada em 28 de agosto de 1979, teria sido um equívoco e, no limite, uma capitulação diante da ditadura. Graças a ela, exilados e banidos voltaram para o Brasil, clandestinos deixaram de se esconder da polícia, réus tiveram os processos nos tribunais militares anulados, presos foram libertados de presídios e delegacias. Ora, ao examinarmos o cenário político à época, é mandatório afirmar que ali foi possível pavimentar o caminho de reconstrução democrática que culminou com a eleição de Tancredo Neves no colégio eleitoral em janeiro de 1985.

No polo oposto, há aqueles que têm usado a anistia de 46 anos atrás para defender a aplicação de medida similar aos golpistas recentemente condenados. Na base da argumentação, criam a figura imaginária de que o país está sob uma “ditadura do Judiciário”. É indiscutível que muitas críticas podem e devem ser feitas ao STF, mas é forçoso reconhecer que sua atuação foi fundamental para a preservação da democracia política.

Entretanto, mais importante do que apontar as características dos dois lados é procurar identificar o caldo de cultura a fomentar tais comportamentos. Refiro-me ao ressentimento, um sentimento deletério que, temperado pelo ódio, substitui a capacidade de diálogo respeitoso entre diferentes pela ideia de eliminar adversários. Prefere-se justicamento no lugar de justiça, vingança em vez de reparação. No terreno da política, ele se manifesta no ideário antissistema, contra tudo que está aí, na perspectiva de destruir todas as instituições porque, afinal, nenhuma delas presta.

Paradoxalmente, pesquisas de diversos institutos apontem a existência de um percentual significativo de pessoas cansadas desse clima, mas mesmo elas não são imunes à contaminação por esse sentimento que acaba se revelando, de forma quase automática e inconsciente, na hora da tomada de algumas decisões. Infelizmente, esse pano de fundo continuará presente entre nós ainda por um bom tempo, sendo alimentado também por um cotidiano marcado pelo aumento da criminalidade e da violência, gerador da crescente sensação de insegurança e medo.

Tudo indica que tal cenário estará presente, de maneira relevante, no processo eleitoral de 2026. A conferir.

A fixação pelo atraso: o caso do delivery



» ADRIANO PARANAÍBA
Economista, doutor em
transportes pela UnB. Professor
de Economia, Empreendedorismo
e Transportes Turísticos no
Instituto Federal de Goiás

A Câmara dos Deputados deve anunciar nas próximas semanas um projeto de regulamentação do trabalho intermediado por aplicativos que sugere mecanismos que podem resultar em valores fixos por corrida e quilômetro rodado, independentemente dos modelos de negócio, do tamanho do mercado, da distância ou da demanda real.

A história nos mostra que várias tentativas de fixação de preços em produtos e serviços, no Brasil e no exterior, não lograram sucesso, muito pelo contrário, trouxeram vezes econômicos e sociais. Desde o Édito de Preços Máximos, do Imperador Diocleciano (Roma Antiga, 301 d.C.), passando pela Lei do Máximo (Revolução Francesa, 1793-1794) até o histórico recente do Brasil, com diversos planos econômicos contra a hiperinflação, as intervenções de preço falharam.

Mesmo em economias sólidas, como os Estados Unidos, flertar com tais políticas só resultou em fracasso, a exemplo dos controles de preços e salários, durante o governo Nixon (1971), e o mais recente controle de aluguéis em Nova York. O principal problema é amplamente conhecido em todos os manuais de teoria econômica: ao interferir no mecanismo natural de oferta e demanda, essas políticas, inevitavelmente, levam à escassez ou ao excesso de oferta, além de distorcerem os investimentos e a qualidade. Por mais que as intenções dos deputados sejam as melhores, os resultados para todos serão adversos.

O modelo de delivery, atualmente, mostra que o mercado está funcionando com eficiência e inclusão, dentro do processo de mercado que é dinâmico e está sempre em evolução, conforme estudo recente do Cebrap, a remuneração média é de R\$ 31,33 por hora trabalhada, o que representa um aumento real de 5%. Mas, ainda, a autonomia e a flexibilidade são altamente valorizadas, com 75% dos entregadores declarando preferir manter-se no modelo atual, que oferece ganhos que consideram melhores do que alternativas formais, trabalhando em média 39 horas mensais e permitindo múltiplas atividades econômicas.

No entanto, a crença de que fixar um piso beneficiaria os trabalhadores esconde um princípio econômico básico: “Elasticidade-preço da demanda”. Trata-se de um termo usado na economia para medir a sensibilidade de uma variável em relação à variação de outra. No contexto da demanda, a elasticidade descreve a maneira como a quantidade demandada de um produto ou serviço responde às mudanças no preço: mais elasticidade, mais sensibilidade às mudanças de preço. A elasticidade da demanda no delivery é gigantesca, o que significa que o setor é extremamente sensível a variações de preço. Um aumento forçado e irreal de remuneração resultaria em uma redução proporcional no número de pedidos, criando um ciclo vicioso de menos pedidos, menos entregas e menos oportunidades de trabalho. Ademais, um aumento artificial de custos, imposto pelo piso, será absorvido pela cadeia econômica, provocando um efeito dominó que prejudica o trabalhador que se pretende beneficiar.

Os números são alarmantes: a implementação de pisos rígidos e elevados poderia reduzir a renda dos entregadores em até 77% e excluir 292 mil trabalhadores do mercado, quebrando toda a cadeia. Os restaurantes, em sua maioria pequenos e médios empreendedores, que representam de 82% a 86% dos parceiros, teriam uma queda de 43% no faturamento e os consumidores enfrentariam preços inflacionados artificialmente. A experiência internacional comprova esse risco: em Seattle (EUA), a fixação de valores levou a um aumento de 60% no preço ao consumidor, a uma queda de 45% nos pedidos e de 30% de entregadores trabalhando.

A matemática é simples: em mercados elásticos, o aumento artificial de custos não beneficia trabalhadores, apenas os prejudica. A regulação precisa buscar proteger os trabalhadores, respeitando as leis de mercado e preservando a autonomia e a flexibilidade que 75% deles valorizam. Uma proposta inteligente foca em proteção mínima, como previdência sem custo alto para as empresas, seguros e transparência algorítmica, mantendo a competitividade e os modelos de negócio.

Contudo, mesmo com todos esses dados e as lições históricas tão evidentes, o maior risco que o país enfrenta é sucumbir à tentação do intervencionismo e cometer um erro já conhecido. Para evitar que 292 mil famílias fiquem sem renda e que toda a cadeia de delivery seja prejudicada, precisamos parar de nos fixar em soluções do passado. O caminho para o avanço não está em fixar preços, mas sim em fixar o olhar na dinâmica do mercado e na proteção sem destruição.